



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

Relações de Gênero e Movimento Feminista

Camila Gonçalves Guimarães¹
Emily Santos Mota²

Resumo: O objetivo deste texto é discutir sobre a construção social do lugar das mulheres na sociedade e como isso determina às relações de gênero a partir da divisão sexual do trabalho que ainda balizam a vida cotidiana das mulheres. Bem como, apresentar alguns momentos históricos onde o Movimento Feminista ganha força para combater as desigualdades de Gênero na busca de uma sociedade sem hierarquia de gênero. Acredita-se que a desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho tenham origem em tempos remotos, estendendo-se aos dias atuais. Ainda marcam significativamente as atividades de trabalho estereotipadas associadas ao sexo e ao par masculinidade (ou virilidade) e feminilidade.

Palavras-chave: Relações de gênero. Movimento feminista. Divisão sexual do trabalho.

Gender Relations and the Feminist Movement

Abstract: The purpose of this text is to discuss the social construction of the place of women in society and how this determines gender relations based on the sexual division of labor that still guide women's daily lives. As well as present some historical moments where the Feminist Movement gains strength to combat gender inequalities in the search for a society without gender hierarchy. It is believed that gender inequality and the sexual division of labor originate in remote times, extending to the present day. Stereotypical work activities associated with sex and the pair masculinity (or virility) and femininity still significantly mark.

Keywords: Gender relations. Feminist movement. Sexual division of labor

INTRODUÇÃO

Refletindo sobre o Movimento Feminista e as relações de gênero, é necessário compreender que o objetivo do feminismo é a busca por uma sociedade sem hierarquia de gênero, isto é, o gênero não é utilizado para conceder privilégios ou legitimar qualquer forma de opressão. Assim, como afirma Lorde (2019, p. 169), “Não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes da minha”.

¹ Mestre em Educação Tecnológica. Doutoranda em Política Social na Universidade Federal Fluminense (UFF). Assistente social do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG). E-mail: camila@cefetmg.br.

² Mestre em economia e Desenvolvimento. Doutoranda em Política Social na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: emilystsmota@gmail.com.

O Movimento Feminista é aqui entendido a partir do que Duarte (2019) sugere, no sentido mais amplo, como toda ação ou gesto que lute pelo fim da desigualdade de gênero e que questione a opressão vivida pelas mulheres, ou seja, que busque a ampliação dos seus direitos, seja individualmente, seja de forma coletiva. Busca-se, então, valorizar as pioneiras que se dispuseram a ir contra os valores e as normas tidas como convencionais.

Consoante esse propósito, o feminismo se faz necessário, uma vez que a desigualdade de sexo está presente em todas as sociedades. Acredita-se que a desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho tenham origem em tempos remotos, estendendo-se aos dias atuais. Ainda marca significativamente as atividades de trabalho estereotipadas associadas ao sexo e ao par masculinidade (ou virilidade) e feminilidade. Hirata e Kergoat (1999, p. 93) descrevem que a virilidade é associada ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso. Já a feminilidade está ligada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia. Nessa perspectiva,

[...] é possível [...] que a divisão sexual de trabalho tenha começado porque os homens queriam uma definição de suas funções como as mulheres tinham a sua, através da maternidade. Neste longínquo passado, as tarefas femininas provavelmente possuíam mais valor do que as masculinas; porém, no mundo patriarcal, a situação se inverte, e trabalho da mulher, ainda que seja igual ao do homem, tende a ser menos valorizado, talvez mesmo por causa desta 'inutilidade' do homem numa sociedade em que não se conhecia exatamente a sua função na procriação (MURARO, 2002, p. 30).

Nesse sentido, gênero diz respeito à maneira como é exteriorizada a diferença social entre homens e mulheres, ou seja, à forma pela qual é utilizada como apoio para as desigualdades sociais; porém, para distinguir sexo e gênero, o primeiro refere-se à diferença biológica e o outro remete à dimensão cultural, social e histórica. Embora o gênero esteja relacionado aos dois sexos, este é utilizado, em grande parte dos textos, para se referir ao feminino como relação de gênero, sendo assim um tanto antagônico e conflituoso o questionamento (PINSKY, 2009, p.161).

1. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO LUGAR DAS MULHERES

No olhar de Chamon (2005, p. 24), “a desigualdade de direitos entre senhores e escravos, homens e mulheres, não tem outra causa senão a lei do mais forte e interessava a elite dominante que permanecesse assim”. Diante disso, nossa luta vem

de longe, visto que a elite dominante sempre pulverizou as ideologias e os valores em favor da desigualdade de gênero, influenciando na definição de normas culturais e práticas sociais.

A disseminação das “ideologias de classe e gênero” se deu também por intermédio da educação jesuítica, como lembra Chamon (2005, p. 29):

[...] o trabalho catequético, o apego aos dogmas e à autoridade; a prática de princípios morais e de subserviência; e a negação de frequência à escola pelo sexo feminino formaram a base dos princípios em que se fundamentaram a organização do ensino no Brasil.

Em decorrência dessa base, foi constrangido o espaço da mulher no mercado de trabalho. No início do século XIX, a elite brasileira criou uma visão dos operários como sendo brutos, selvagens e vadios. Para que os trabalhadores produzissem o máximo de tempo, era necessário moldar o comportamento da classe operária. Dessa forma, almejando a domesticação do novo operariado, a mulher assume papel central nesse modelo de família criado pela burguesia (RAGO, 1995).

Ainda segundo Rago (1995), nesse novo modelo de feminilidade, a mulher se torna a dona de casa, esposa, mãe, sendo a principal responsável pela promoção das relações intrafamiliares e pela riqueza da nação. A mulher passou a ser responsável por todos os detalhes da vida cotidiana.

O modelo de mulher elaborado desde meados do século XIX pregava novas formas de comportamento, inicialmente aplicadas às moças de famílias burguesas e posteriormente estendidas às de classe trabalhadora. Esperava-se que estas fossem frágeis e soberanas, abnegadas e vigiadas, além de mães, esposas, donas de casa e afetivas, porém assexuadas.

Dessa lista de atributos idealizados, vale destacar que as mulheres eram convencidas de sua vocação natural à maternidade (RAGO, 1995). Somente em uma estrutura patriarcal é que a maternidade se apresenta como o único poder social disponível para as mulheres (AUDRE, 2019).

Mesmo quando elas invadem os espaços públicos, aqueles valores morais continuam impregnados no seu cotidiano. O próprio movimento operário reforça esse papel da mulher como responsável pelo espaço doméstico e pelo exercício da maternidade. Essa construção do papel de mulher simbolizado pela mãe implicou na

sua completa desvalorização profissional, política e intelectual, reservando o lar como o seu lugar (RAGO, 1995).

Mediante a divisão sexual do trabalho, a mulher foi destinada ao espaço doméstico, e o homem à esfera pública. Além disso, a figura feminina se associou à fragilidade (física e moral), assumindo uma relação paternalista de subordinação ao homem. Nesse período, as mulheres eram proibidas de trabalhar no turno da noite para preservar sua moralidade (RAGO, 1995).

Ademais, o discurso masculino e moralizador dos médicos e sanitaristas era usado para persuadir cientificamente e reforçar esse discurso entre as mulheres, tanto da classe alta como das baixas (RAGO, 1995).

Foi-se construindo assim o lócus de trabalho das mulheres, o ambiente dos afazeres domésticos, num silêncio que perdurou por um longo tempo. Como salienta Duarte (2019), após despertar de um sono profundo, há, pelo menos, quatro momentos importantes do Movimento Feminista no Brasil. Trata-se de ocasiões de constante atuação, nomeadas como ondas pelo fato de começarem incipientes e depois ganharem formas cada vez mais robustas, até assumir um grande volume e depois entrar em calmaria e posteriormente reiniciar.

Diferentemente de outros autores, Duarte (2019) aponta quatro décadas em que o referido movimento teve grande visibilidade, sendo 1830, 1870, 1920 e 1970. A autora aponta esses períodos tendo em vista que o movimento feminista não deve ser considerado apenas quando este se encontra articulado em torno de uma causa, mas, sim, quando mulheres lutam pelos seus direitos seja de forma individual ou coletiva.

1.1. O movimento de 1830

O início do século XIX, Duarte (2019) aponta como sendo o primeiro momento do movimento feminista no Brasil. Nesse período, as mulheres viviam presas a antigos preconceitos e valores morais. Durante séculos, as mulheres não tiveram acesso à educação e, em sua maioria, não sabiam ler nem escrever. Assim, a primeira causa a ser perseguida foi o direito básico a educação. A primeira legislação que permitiu às mulheres frequentar a escola data de 1827. Mesmo assim, as poucas alternativas de formação eram conventos, que trancafiavam as mulheres até se casar;

algumas escolas nas casas das professoras; ou ensino individualizado, todas as opções tendo em comum o aprendizado dos afazeres domésticos (DUARTE, 2019).

As poucas mulheres que tiveram acesso à educação enfrentaram uma série de tabus e preconceitos para que as outras também tivessem esse direito. Essa luta se deu abrindo escolas públicas, escrevendo e publicando livros, enfrentando quem defendia que as mulheres não precisavam ler e escrever. Nascia, dessa forma, a base do feminismo no país (DUARTE, 2019).

Destaca-se, nesse período, a atuação de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), umas das primeiras mulheres a publicar textos em jornais com grande circulação. Nísia redigiu *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens* em 1832, uma obra que advogava o direito das mulheres à educação e ao trabalho, exigindo que fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito (DUARTE, 2019).

1.2. O movimento de 1870

O segundo momento importante para o Movimento Feminista, ainda conforme Duarte (2019), acontece por volta de 1870, quando foi publicado um número excessivo de jornais e revistas por todo o país, documentos esses que defendiam as questões feministas. Ganhou destaque o periódico *O sexo feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, veículo que teve grande circulação por um longo período. Senhorinha defendia que o grande inimigo das mulheres era a ignorância a respeito dos seus direitos e que apenas a educação seria capaz de romper com esse abismo.

1.3. O movimento de 1920

O século XX se inicia com uma grande agitação de mulheres organizadas contra a desigualdade de gênero. Esse período ficou conhecido como primeira onda do feminismo, precisamente em 1917, quando as mulheres começaram a reconhecer, de forma coletiva, a opressão na qual estavam submetidas, assumindo uma postura incômoda e reivindicando o direito ao voto e à vida pública (RIBEIRO, 2014). Duarte (2019) considera essa fase como sendo o terceiro expressivo momento do movimento feminista, que se veio formando no século anterior e chegou ao ápice na década de 1920.

As mulheres burguesas protestavam pelo direito ao voto, ao curso superior, à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e nas indústrias (DUARTE, 2019). Alguns nomes ganharam destaques na luta pelo sufrágio feminino e o direito ao trabalho sem a autorização do marido, como Bertha Luz, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (RIBEIRO, 2014).

Esse momento é marcado pela luta da saída das mulheres do espaço privado para o público. No entanto, as mulheres pobres e pretas sempre foram invisibilizadas nesses espaços, por isso sempre precisaram trabalhar para sobreviver (GONZAGA, 2019).

No início do século XIX, as mulheres pobres já trabalhavam no campo, nas indústrias e nos empregos com menos valor social. Desde sempre, as mulheres sem recursos financeiros engajavam umas às outras por melhores condições de trabalho e lutavam para sair da invisibilidade, construindo, na luta coletiva, sua identidade (GONZAGA, 2019).

Os anos 1920 foram particularmente muito importantes para os movimentos de mulheres, pois estas conseguiram ocupar um grande espaço na imprensa, publicando suas reclamações. Por exemplo, a reivindicação do direito ao voto ganhou a cena pública, e surgiram nomes ligados ao movimento anarcofeminista, que tinha como pauta a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade literária (DUARTE, 2019).

Mesmo com tamanha visibilidade, somente no ano de 1932 o direito ao voto foi incorporado ao Código Eleitoral Brasileiro por Getúlio Vargas, contemplando os mesmos direitos dos homens.

1.4. O movimento de 1970

Em 1970, o movimento feminista teve sua mais expressiva manifestação o quarto momento como é caracterizado por Duarte (2019), que ficou conhecida como a segunda onda do feminismo no Brasil. Esse período ficou registrado pela ditadura, sendo que o movimento feminista esteve intimamente articulado com outros movimentos sócias na luta pela democracia, pela valorização do trabalho da mulher, pelo direito ao prazer, contra a violência sexual e outros (CÔRREA, 2001).

Nesse sentido, “é nos anos 1970 que [o feminismo] tem seu momento mais exuberante, aquele que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e transformar as reivindicações mais ousadas em direitos conquistados” (DUARTE, 2019, p. 41).

Esses anos ficaram marcados pelo regime autoritário e pela luta a favor da democratização do país. Nesse ambiente, os movimentos sociais assumiram, além da resistência ao modelo político, outras questões ligadas às melhorias da qualidade de vida e ao acesso a serviços públicos. A questão de gênero se fez presente, seja pelo número expressivo de mulheres nos movimentos sociais, seja pelas reivindicações dos movimentos que estavam relacionados às melhorias das condições de vida das mulheres pobres (FARAH, 2004).

Enquanto, em várias partes do mundo, a pauta do movimento feminista era a favor da liberdade sexual e pelo fim da desigualdade de gênero. No Brasil, devido à conjuntura da ditadura, o movimento feminista também teve que abranger outras questões, como o fim da censura, a anistia e a redemocratização do país (DUARTE, 2019). Vale recordar que:

A constituição das mulheres como sujeito político deu-se inicialmente por meio de sua mobilização em torno da democratização do regime e de questões que atingiam os trabalhadores urbanos pobres em seu conjunto, tais como baixos salários, elevado custo de vida e questões relativas à inexistência de infra-estrutura urbana e ao acesso precário a serviços coletivos, manifestação ‘perversa’ no espaço urbano do modelo de desenvolvimento capitalista adotado no país, caracterizado pela articulação entre ‘crescimento e pobreza’. Os movimentos sociais urbanos organizavam-se em torno de questões como falta de água e de saneamento nas periferias urbanas e de reivindicações por equipamentos coletivos como escolas, creches e postos de saúde (FARAH, 2004, p. 50).

Assim, a história dos movimentos sociais desse período é a história da construção das mulheres como sujeitos políticos e coletivos, realocando questões (que antes ficavam na esfera privado do lar) para a vida pública. Dessa forma, o movimento feminista ganhou força e começou a enfatizar uma pauta que atingiu o cotidiano das mulheres (FARAH, 2004).

É importante ressaltar que o movimento feminista difere dos demais movimentos que contavam com a participação das mulheres, uma vez que tinha como pauta principal a superação das desigualdades nas relações de gênero, com o intuito de mudar a conjuntura da mulher na sociedade. Mais precisamente:

O movimento feminista – assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres – contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. A discriminação de questões diretamente ligadas às mulheres envolveu, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado quanto – à medida que a democratização avançava – a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero (FARAH, 2004, p. 51).

Vale esclarecer também que o início do movimento feminista foi formado em 1972, principalmente por um grupo de professoras universitárias. Em 1975, foi fundado o movimento feminista pela Anistia e o jornal Brasil Mulher (RIBEIRO, 2014). Em 1976, surgiu o periódico Nós Mulheres, que circulou por aproximadamente 3 anos. Ambos os jornais denunciavam as questões polêmicas do período (DUARTE, 2019).

Um nome de destaque dessa fase foi Rose Marie Muraro. Autora de diversos livros durante o período militar e assumidamente feminista, encarregou-se de trazer ao Brasil a escritora norte-americana Betty Friedan, que causou um grande alvoroço (DUARTE, 2019).

Ainda nesse momento, começou a ser questionado o fato de as mulheres exercerem uma grande quantidade de trabalho não remunerado e invisível, realizado não em favor próprio, mas de terceiros. Nos anos de 1970, o conceito de classe social marxista passou a ser criticado a partir da perspectiva de gênero. Até então, na literatura existente, apenas se discutiam a opressão e a exploração da classe operária como um todo, sem nenhuma distinção em relação aos gêneros dos trabalhadores (HIRATA; KÉRGOAT, 2007, p. 597).

2. SEXO, GÊNERO E CLASSE

A imposição da separação de trabalhos, segundo o sexo biológico, criou clivagens sociais e delegou às mulheres o trabalho doméstico, invisível, sem valor econômico e social. Ainda assim, quando se tratava do mercado de trabalho assalariado, às mulheres foram delegadas áreas e funções ditas femininas, as quais são um prolongamento do trabalho doméstico, como funções mais precarizadas, desqualificadas, repetitivas e desvalorizadas. Contudo, isso ocorreu mediante fundamentação e legitimação numa ideologia naturalista, que rebaixou o gênero a uma análise puramente biológica, descaracterizando a natureza desigual e hierárquica da

separação entre trabalhos de homens e trabalhos de mulheres (ALVES, 2013, p. 273-281).

Nesse sentido, pesquisas nas áreas de medicina e biologia buscavam provar a existência de duas espécies humanas com aptidões e qualidades diferentes, sendo a base para essa exclusão à separação dos espaços públicos e privados. À mulher caberia o espaço doméstico, no qual predominam o uso do “coração”, a sensibilidade, os sentimentos. Já o espaço público seria destinado ao homem, a quem caberiam os atributos mais importantes, como o cérebro, a razão e a inteligência.

No modelo capitalista de produção, as mulheres foram convocadas a atuar principalmente onde sua força de trabalho era tida como inferior, como mão de obra barata, pouco rentável, adequada a apenas alguns tipos de trabalho ligados à “natureza feminina”, sempre atividades de pouco prestígio (ALVES, 2013, p. 282). E, em termos históricos, no Brasil as mulheres trabalhadoras, pobres, negras e indígenas eram “consideradas ignorantes, incapazes e mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas”, as quais, “por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens” (CAMPAGNOLI et al., 2003, p. 149). De certa forma, esse pensamento perdura até os dias atuais, em que a visão do mesmo grupo de mulheres ainda está fortemente associada à incapacidade de desenvolvimento intelectual e à sua trajetória marcada em servir a outro grupo de maior poder aquisitivo.

As mulheres burguesas eram moldadas para serem boas esposas, excelentes donas de casas. Às mulheres menos abastadas, cabiam os trabalhos que demandam o cuidado e os afazeres domésticos. Alves (2013) assinala que, “para as mulheres da classe trabalhadora, esse modelo é manipulado por uma representação simbólica de esposa e dona de casa, uma vez que o trabalho remunerado é essencial para ajudar na sobrevivência da família” (ALVES, 2013, p. 283).

Partindo do pressuposto de que as funções sociais do homem e da mulher são construções históricas e sociais, estabelecendo papéis distintos os quais a sociedade espera que sejam cumpridos de acordo com o sexo:

[...] tais características não são exclusivas de homens ou mulheres, pois, por serem construções históricas, culturais e sociais, cabe aqui uma relativização desta divisão dicotômica do que representa serem comportamentos femininos ou masculinos na sociedade (ROSA; QUIRINO, 2016, p. 47).

À medida, portanto, que a revolução sexual era assimilada à vida cotidiana, as bandeiras feministas sofriam com a gradual acomodação da militância e o arrefecimento de uma história que começava a ser escrita. Em tempos de globalização selvagem, nos quais os saberes intuídos parecem ter a textura da areia movediça, em seu caráter difuso e maleável, feministas continuaram assimilando novidades trazidas do exterior, subdivididas em interesses (DUARTE, 1990).

3. O FEMINISMO NO BRASIL

Foi somente na década de 1990, no Brasil que o movimento feminista voltou a ganhar fôlego, em um período conhecido como terceira onda do feminismo. O foco das discussões estava nos paradigmas apresentados nas ondas anteriores, reforçados na macropolítica. Nos Estados Unidos da América (EUA), essa discussão já acontecia desde os anos de 1970, momento em que Judith Butter denunciava que o discurso universal é excludente porque as opressões atingem as mulheres de maneiras distintas. Aqui o conceito de gênero assume o recorte de classe e raça (RIBEIRO, 2014).

Foi proposto, nesse momento, a desconstrução das teorias feministas e de suas representações que pensavam a categoria gênero de modo binário (feminino/masculino). Simone de Beauvoir já havia denunciado a desnaturalização do ser mulher, em 1949, no livro “O Segundo Sexo não se nasce mulher, torna-se”. Sexo é natural, gênero é construído socialmente, impondo que as mulheres assumam um papel de submissão e um aspecto de opressão (RIBEIRO, 2014).

Butter questionou o conceito de mulheres como sujeito feminino e desnaturalizou o gênero, adotando-o como construção social, visto que, a questão de gênero é um marco na terceira onda, como o Segundo Sexo está para segunda onda. Patricia Hill Collins defendeu que gênero era performance, assim o movimento feminista deveria ser inclusivo. O movimento teria que ser interseccional e sem hierarquia. Uma opressão não é maior que a outra, no entanto devem levar-se em conta as especificidades das mulheres (RIBEIRO, 2014).

Por seu turno, Gonzalez sinaliza uma diferença entre o feminismo do Brasil e o dos EUA:

[...] apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial (GONZALEZ, 2011, p. 13).

Nessa perspectiva, o mito da democracia racial encobriu os efeitos da violência do racismo à qual a população negra é submetida, intensificando as desigualdades entre os grupos raciais, principalmente as mulheres negras. O racismo constitui uma sintomática que caracteriza a “neurose cultural brasileira”, como refere a mesma autora.

Ainda conforme Gonzalez (2011), no conjunto das grandes desigualdades raciais presentes no contexto brasileiro, ainda se tem a desigualdade sexual a que as mulheres negras são submetidas, gerando uma dupla discriminação contra as mulheres que não são brancas:

O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano (GONZALES, p. 17, 2011).

Diante dessa múltipla violência contra a mulher, não assumir o caráter multirracial e pluricultural da realidade da sociedade brasileira faz com que o feminismo brasileiro perca bastante força. Nesse sentido, quando se fala da divisão sexual do trabalho, é impossível não articular a questão racial, pois “é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco” (GONZALEZ, 2011, p. 14).

hooks (2015) aponta que, por muitos anos, houve uma recusa entre as feministas em atacar as hierarquias raciais, suprimindo, assim, a conexão entre classe e raça. Segundo a autora, a luta de classes está intimamente ligada à luta para acabar com o racismo, pois existe uma inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe:

As mulheres brancas que dominam o discurso feminista – as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista – têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista (hooks, 2015, p. 196).

O feminismo brasileiro desse período assumiu uma força considerável, visto que muitas das reivindicações do movimento foram acatadas na Constituição de 1989, porém o movimento feminista, por muito tempo, ainda se manteve preso a uma

visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, como se todos vivenciassem as questões de gênero da mesma forma. Então, o efeito gerado:

[...] foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Esse silenciamento em torno das outras formas de opressão que as mulheres brasileiras enfrentam em seu cotidiano tem ocasionado que o movimento feminista reelabore seu discurso e suas práticas políticas. Carneiro (2003) utiliza o termo “enegrecendo o feminismo” para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro, buscando, assim, combater a desigualdade de gênero e intragênero ao mesmo tempo.

Ao politizar as desigualdades de gênero dentro do movimento feminista, transformam-se as mulheres em novos sujeitos políticos, assumindo um olhar diferenciado para questões de grupos particulares, como salienta Carneiro:

[...] grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Audre (2019) aponta que a ausência das considerações das diferenças de raça, sexualidade, classe e idade enfraquece qualquer debate feminista. Por isso, ignorar as diferenças de raça entre as mulheres e as implicações dessas diferenças, representa uma séria ameaça à mobilização do poder coletivo das mulheres.

Nesse sentido, o movimento feminista no Brasil enfrenta duas dificuldades: a primeira diz respeito ao viés eurocentrista, ao negar a centralidade da questão racial. E a segunda é entender as questões de gênero como universais, com base nos valores de uma cultura única ocidental para o conjunto de mulheres negando suas particularidades (CARNEIRO, 2003).

Além disso, o feminismo brasileiro tem o desafio de reconhecer a falácia do discurso universalizante da mulher, conhecendo as diferenças intragênero dentro do próprio movimento, pois o combate ao racismo é prioridade política para as mulheres negras, uma vez que o racismo rebaixa o status de gênero. É importante que o

movimento de mulheres reconheça o racismo e a discriminação racial como fatores determinantes de produção e reprodução das desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres no Brasil, compreendendo, inclusive, os privilégios para mulheres brancas (CARNEIRO, 2003).

Outro ponto que merece destaque é a necessidade de reconhecer a dimensão racial que a pobreza possui no Brasil, observando a necessidade do corte racial na problemática do feminização da pobreza. Chama-se a atenção para a violência simbólica e a opressão que a branquidade como padrão estético privilegiado exerce sobre as mulheres não brancas (CARNEIRO, 2003).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu compreender que é primordial o Movimento Feminista assumir uma postura de luta contra as opressões. Afinal, além da opressão de gênero, as mulheres sofrem outros tipos de violência, como racismo e lesbofobia.

Nessa ótica, é preciso ter como prioridade de ação as intersecções dessas injustiças, além de não tratar como pauta secundária, como se gênero fosse superior às outras.

Embora algumas pessoas defendam que as mulheres conquistaram todos os direitos e estão em igualdade com os homens e apesar de que em muitos aspectos aconteça a igualdade formal entre mulheres e homens reconhecida nas leis, no entanto a igualdade material e simbólica ainda tem muito a avançar. Mesmo com inúmeras conquistas nos últimos séculos, mulheres ainda vivenciam uma série de desigualdades por conta de seu gênero.

Por isso, se torna urgente que as mulheres se unam cada vez mais em torno das causas feministas, somente com a união das mulheres e o fortalecimento dos movimentos feministas que é possível avançarem nas conquistas feministas. Por um movimento feminista antirracista, decolonial, anticapitalista e antipatriarcal.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. E. S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. Trabalho, **Educação e Saúde**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 271-289, Rio de Janeiro, maio/ago. 2013.

CAMPAGNOLI, A.; COSTA, A.; FIGUEIREDO, A.; KOVALESKI, N. A mulher, seu espaço e sua missão na sociedade. Análise crítica das diferenças entre os sexos. **Revista Emancipação**, [online], v. 3, n. 1, p. 127-153, 2003. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/43>. Acesso em: 6 abr. 2018.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**. 2003.

CHAMON, M. **Trajetória de feminização do magistério: ambiguidades e conflitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CORREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 set. 2016.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25- 48.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], Florianópolis, v. 12, n. 1 p. 47-71, jan./abr. 2004.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. “**A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo**”: produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais. 2019. 347 f. Tese (Doutorado) –Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, [S.l.], n. 1, p. 12-20, 2011.

HIRATA, H.; KÉRGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, [S.l.], v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HIRATA, H.; KÉRGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 7, p. 93-100, 1999.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista, **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan.-abr. 2015.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Introd. e p. 49-55; 137-172.

MURARO, R. M., 1932. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 2002.

PINSKY, Carla, Bassanezi. Estudos de gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 160–185, jan/abr.2009.

RAGO, Margareth. “A colonização da mulher”: In: RAGO, Margareth (Org.). **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista - Brasil 1890-1930**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Cap. 2, p. 61-116.

RIBEIRO, Djamila. **As diversas ondas do feminismo acadêmico**. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/escriptorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>. Acesso em: 1 out. 2021.

ROSA, M. A. Gonçalves; QUIRINO, R.G. Relações de gênero na Ciência e Tecnologia (C&T): estudo de caso de um centro federal de educação tecnológica. **Diversidade e Educação**, [S.l.], v. 4, n. 8, p. 42-55, 2017.